

Coordenador:
Jacques Veloso de Melo

Estudos sobre direito tributário empresarial

homenagem aos 10 anos do

VELOSO DE MELO
advogados



Autores

Álvaro Arthur L. de Almeida Filho	Lorena Moreira de Brito
Claraisa Lima dos Santos	Marlon Tomazette
Eumar Novacki	Matheus Bertholo Piconez
Igor Mauler Santiago	Maurício Pereira Faro
Isabela de Lima Rocha Ciarlini	Néfi Cordeiro
Jacques Veloso de Melo	Ricardo Peres
Jean Cleuter Simões Mendonça	Sueny Almeida de Medeiros
Jurandir Gomes da Silva Neto	Tathiana Del Aguila
Kiko Omena	



Brasília
2021

1ª edição - 2021

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos sobre direito tributário empresarial: homenagem aos 10 anos do Veloso de Melo Advogados / coordenador Jacques Veloso de Melo. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87255-07-1

1. Direito empresarial - Brasil 2. Direito tributário - Brasil 3. Empresas - Tributação 4. Tributos - Leis e legislação I. Melo, Jacques Veloso de.

21-79910

CDU-34: 338.93: 336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito empresarial e tributário 34:338.93:336.2(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

CLN 305, Bloco D, Loja 49, Subsolo Parte A28

Asa Norte - Brasília - DF - CEP: 70737-540

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil



Sumário

O crédito tributário e a reforma da lei de recuperação judicial e falência	1
<i>Alvaro Arthur L. de Almeida Filho</i>	
Controladoria como departamento estratégico essencial para crescimento da organização	9
<i>Claraisa Lima dos Santos</i>	
Introdução	9
1. Contexto histórico da controladoria	12
2. Controladoria jurídica e suas funções	12
3. Implantação	14
4. Obstáculos da implementação da controladoria jurídica.....	16
5. Benefícios da inserção da controladoria jurídica	17
Conclusão.....	18
Benefícios de ICMS a indústrias da ZFM dispensam autorização do CONFAZ	21
<i>Igor Mauler Santiago</i>	

Desafios da tributação sobre o serviço e o consumo na economia digital.....	25
<i>Isabela de Lima Rocha Ciarlini</i>	
Introdução	25
1. Conceitos que regem a tributação sobre o consumo e serviços no Sistema Tributário Brasileiro.....	27
1.1 Aspectos gerais do ICMS.....	27
1.2 Aspectos gerais do ISS	28
2. Principais mudanças e desafios ocasionados pela economia digital na tributação do consumo e serviços.....	28
2.1 A internet das coisas	29
2.2 A intangibilidade dos bens	30
2.2.1 Streaming	31
2.2.2 Software.....	31
2.2.3 O conflito de competência tributária	33
3. Diretrizes da OCDE	34
Conclusão.....	36
2023: O ano do início da nova guerra fiscal	39
<i>Jacques Veloso de Melo</i>	
Introdução.....	39
1. Qual é o porquê da “guerra fiscal”	42
2. A exigência de unanimidade para as deliberações do CONFAZ	49
3. A glosa de crédito de ICMS pelo Estado de destino das mercadorias	50
4. As penalidades aos Estados introduzidas pela LC 160 no caso da concessão de incentivos fiscais sem prévia aprovação do CONFAZ....	52
Conclusão: ou fazemos a reforma tributária ou autorizamos a guerra fiscal	53

Desafios da tributação sobre o serviço e o consumo na economia digital.....	25
<i>Isabela de Lima Rocha Ciarlini</i>	
Introdução.....	25
1. Conceitos que regem a tributação sobre o consumo e serviços no Sistema Tributário Brasileiro.....	27
1.1 Aspectos gerais do ICMS.....	27
1.2 Aspectos gerais do ISS	28
2. Principais mudanças e desafios ocasionados pela economia digital na tributação do consumo e serviços.....	28
2.1 A internet das coisas	29
2.2 A intangibilidade dos bens	30
2.2.1 Streaming	31
2.2.2 Software.....	31
2.2.3 O conflito de competência tributária.....	33
3. Diretrizes da OCDE.....	34
Conclusão.....	36
2023: O ano do início da nova guerra fiscal	39
<i>Jacques Veloso de Melo</i>	
Introdução.....	39
1. Qual é o porquê da “guerra fiscal”.....	42
2. A exigência de unanimidade para as deliberações do CONFAZ....	49
3. A glosa de crédito de ICMS pelo Estado de destino das mercadorias	50
4. As penalidades aos Estados introduzidas pela LC 160 no caso da concessão de incentivos fiscais sem prévia aprovação do CONFAZ....	52
Conclusão: ou fazemos a reforma tributária ou autorizamos a guerra fiscal	53

Isenção e alíquota zero geram crédito de PIS e COFINS para as indústrias localizadas na zona franca de Manaus..... 57

Jeann Cleuter Simões Mendonça

Introdução.....	58
1. Breve histórico da Zona Franca de Manaus.....	58
2. Sistema não-cumulativo.....	59
2.1 Princípio constitucional da não-cumulatividade.....	59
2.2 Não-cumulatividade infraconstitucional do PIS e da COFINS.....	60
3. Isenções nas vendas para a Zona Franca de Manaus.....	62
4. Créditos das contribuições do PIS e da COFINS com relação à entrada de mercadoria isenta na não-cumulatividade.....	68
5. A conversão de isenção em alíquota zero nas vendas destinadas à Zona Franca de Manaus.....	70
6. A problemática dos créditos não-cumulativos das contribuições com relação à isenção e à alíquota zero.....	71
Conclusão.....	76

A lei nº 14.112/20 e a possibilidade do pedido de falência pelo fisco na recuperação judicial 79

Jurandir Gomes da Silva Neto

Introdução.....	80
1. Do crédito tributário na recuperação judicial.....	83
2. Da impossibilidade do fisco requerer a convalidação da recuperação judicial em falência, segundo a Lei nº 11.101/05 e o entendimento jurisprudencial.....	85
3. Da legitimidade ativa do fisco para requerer a convalidação da recuperação judicial em falência, segundo a inovação introduzida pela Lei nº 14.112/20.....	88
Conclusão.....	91

STF conclui o julgamento da “tese do século” - exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS/COFINS.....	95
<i>Kiko Omena</i>	
A recuperação judicial do produtor rural: fixação de precedente pelo STJ com posterior regulamentação pela Lei 14.112/2020.	105
<i>Lorena Moreira de Brito</i>	
Introdução	105
1. Do produtor rural	107
1.1 Conceito	107
1.2 Produtor rural pessoa física	107
1.3 Produtor rural pessoa jurídica	109
2. Da recuperação judicial do produtor rural antes da Lei 14.112/2020	110
3. Da recuperação judicial do produtor rural com a Lei 14.112/2020 ...	115
Conclusão	117
A proteção das marcas registradas	121
<i>Marlon Tomazette</i>	
1. Marcas: conceito e função	121
2. Classificações	122
3. Requisitos	123
3.1 Capacidade distintiva	124
3.2 Novidade	124
3.3 Desimpedimento	125
4. Direitos sobre a marca	126
5. Proteção	128
5.1 Princípio da territorialidade	130
5.2 Princípio da especialidade	130
6. Marcas de alto renome	132
7. Marcas notoriamente conhecidas	133

Crédito extemporâneo de ICMS e autorização prévia por parte das autoridades fiscais	137
<i>Maurício Pereira Faro e Matheus Bertholo Picones</i>	
I - Introdução e colocação do problema	137
II - Direito constitucional ao creditamento extemporâneo sem necessidade de autorização prévia.....	138
III - A Lei Complementar nº 87/96 não permite (e nem poderia) a exigência de autorização prévia para creditamento extemporâneo.....	142
IV - Invalidez da restrição ao creditamento em função da sistemática de recolhimento do ICMS, das inovações tecnológicas, bem como dos princípios que orientam a atividade administrativa ...	151
V - O crédito do ICMS não pode ser invalidado por falta de requerimento e deve ser corrigido monetariamente.....	155
Conclusão.....	157
Requisitos de tipicidade penal na conduta de inadimplemento fiscal do ICMS próprio	159
<i>Néfi Cordeiro, Eumar Novacki e Ricardo Peres</i>	
Introdução	159
1. Inadimplemento fiscal e subsidiariedade.....	160
2. Requisitos de tipicidade da omissão de recolhimento do ICMS próprio.....	163
Conclusão.....	167
Responsabilidade tributária dos grupos econômicos.....	171
<i>Sueny Almeida de Medeiros</i>	
Introdução	171
1. Do conceito de grupo econômico	172
2. Os limites da responsabilidade tributária e a inexistência de previsão de responsabilização de grupos econômicos no CTN.....	174
Conclusão	183

Aplicação de acordos de não persecução penal em crimes de natureza tributária previstos na lei 8.137/90 no âmbito federal	187
<i>Tatiana Del Aguila</i>	
Introdução	187
1. O sistema tributário	189
1.1 O Código Tributário Nacional	190
1.1.1 O crédito tributário	191
1.1.2 Formas de extinção do crédito tributário	193
2. Os crimes tributários	196
3. Acordo de não persecução penal - ANPP	200
3.1 Condições e requisitos	201
3.2 O acordo de não persecução penal - ANPP no Supremo Tribunal Federal - STF	203
3.3 A confissão como requisito para a concessão do acordo de não persecução penal - ANPP	206
4. O acordo de não persecução penal - ANPP em crimes tributários	208
Conclusão	210